

A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E O INCENTIVO AO VOLUNTARISMO EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE-PB

Micaelle Ribeiro do Nascimento – Graduanda em Pedagogia (UFCG)

Laís Venâncio de Melo – Graduanda em Pedagogia (UFCG)

RESUMO

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa acerca do Programa Mais Educação como uma das políticas públicas educacionais que incentivam práticas à luz de iniciativas capitalistas, tais como a redução de custos e a responsabilização dos profissionais. Diante disso, objetiva-se analisar os efeitos pós-implantação do Programa sobre a gestão e a organização do trabalho docente, especificamente em relação ao voluntarismo. Para isto, foi realizado um estudo de caso em duas escolas estaduais de Campina Grande-PB, mediante entrevistas semi-estruturadas com gestores, coordenadores e monitores do Programa, contabilizando seis, além do acesso a documentos oficiais. Os dados obtidos e interpretados sob perspectivas teóricas de Oliveira (2004); Netto (2009); Garcia e Anadon (2013) revelam que as possíveis consequências de uma educação, que se assemelha à produção industrial e às suas práticas, são a precarização e a desqualificação do trabalho docente.

Palavras-chave: Políticas públicas educacionais. Programa Mais Educação. Voluntarismo.

1. Introdução

A presente pesquisa tem por assunto a gestão e a organização do trabalho docente em escola de ensino fundamental com o Programa Mais Educação e, por tema, a gestão e a organização do trabalho docente pós-implantação deste Programa em duas escolas estaduais de ensino fundamental de Campina Grande-PB, levantando o seguinte problema: quais os efeitos da implantação do Programa Mais Educação sobre a gestão e a organização do trabalho docente em duas escolas estaduais de ensino fundamental de Campina Grande-PB?

O contexto no qual se insere esta pesquisa revela que o sistema capitalista, que rege grande parte da produção industrial atualmente, assume práticas que visam cada vez mais a eficiência e o lucro e tais práticas têm sido encontradas de modo recorrente na educação, dentre elas: competição, sistema de premiação e punição, responsabilização, redução de custos, exploração da força de trabalho e incentivo ao voluntarismo, sendo esta o foco do presente trabalho. Algumas políticas públicas para a educação têm incitado ações

voluntárias, como se tem visto através do Programa Mais Educação, que visa a promoção de atividades no contraturno escolar. Por isto, faz-se necessário um estudo aprofundado dos efeitos do voluntarismo sobre o trabalho docente. As consequências do seu estímulo podem ser a precarização e a desqualificação do trabalho docente, que se contrapõem à valorização do magistério, prevista em lei (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

O presente trabalho é um estudo de caso, de abordagem qualitativa, e se apresenta como recorte de uma pesquisa mais ampla, delimitou sua amostra a duas escolas da rede estadual de ensino de Campina Grande-PB, para a realização de um estudo de caso que demonstre como a implantação do Programa Mais Educação tem influenciado a atuação dos sujeitos envolvidos com a escola. Seus objetivos são: conhecer o Programa Mais Educação, sua organização e suas metas; verificar como ocorreu sua implantação em duas escolas estaduais de Campina Grande-PB; identificar as formas de atuação dos profissionais da educação, bem como dos voluntários que nele atuam; e analisar a influência do mesmo no que se refere ao trabalho do gestor e ao trabalho docente nas referidas escolas.

Para alcançar tais objetivos, foram realizadas entrevistas com o gestor, com o coordenador do Programa Mais Educação e com um dos monitores do programa, em ambas as escolas, totalizando, assim, seis entrevistas semi-estruturadas que se apresentam como a amostra do estudo. Além destas, a pesquisa utiliza documentos elaborados, por exemplo, pelo Ministério da Educação, a respeito do Programa Mais Educação, portanto, ela se firma também como uma pesquisa do tipo documental.

O trabalho está organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, apresentamos a descrição do Programa Mais Educação; em segundo, analisamos os dados da pesquisa à luz de autores como Oliveira (2004); Netto (2009); Garcia e Anadon (2013); e, em terceiro, expomos nossas considerações.

2. O Programa Mais Educação

A Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007 e o Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, instituem o Programa Mais Educação, o qual integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Tal objetivo é realizado por meio de atividades sócio-educativas no contraturno escolar para crianças, adolescentes e jovens.

O Programa tem respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e na Constituição Federal, de 1988. De modo geral, estes documentos determinam a progressiva ampliação do período de permanência na escola; garantem às crianças e aos adolescentes a proteção integral e todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-os, como dever da família, da sociedade e do Estado, os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade e à convivência familiar e comunitária.

A execução do Programa Mais Educação acontece mediante a articulação de ações do Governo Federal com as do Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa e a Controladoria Geral da União. Tais atuações convergem para o alcance dos seguintes objetivos: cooperar para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens; ampliar o tempo e o espaço educativo nas redes públicas de educação básica de estados, Distrito Federal e municípios; contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série; prevenir e combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência; promover a formação da sensibilidade quanto às linguagens artísticas, literárias e estéticas, no intuito de valorizar a diversidade cultural brasileira; estimular práticas esportivas educacionais e de lazer, da cidadania e da solidariedade; aproximar escolas, famílias e comunidades, mediante atividades que visem a responsabilização e a interação com o processo educacional (BRASIL, 2007), dentre outros objetivos.

As unidades escolares são selecionadas pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC), considerando, desde 2011, os seguintes critérios: que as escolas sejam contempladas com PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)/Integral nos anos de 2008, 2009 e 2010; que sejam localizadas em cidades com população igual ou superior a 18.844 habitantes, que já fazem parte do PDE/Escola ou que foram contempladas com o PDE/Escola 2007, e em 2009 ficaram com IDEB abaixo ou igual a 4,2 nas séries iniciais e/ou 3,8 nas séries finais. Em relação ao financiamento, o Programa é operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica (SEB), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O Programa Mais Educação oferece oficinas no contraturno escolar para os alunos participantes, que permanecem na escola, em média, sete horas diárias, e suas atividades

são organizadas a partir dos seguintes macrocampos: Acompanhamento Pedagógico (obrigatório), Educação Ambiental, Esporte e Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Cultura Digital, Promoção da Saúde, Comunicação e uso de Mídias, Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica. A escola poderá escolher três ou quatro macrocampos e, a partir deles, optará por cinco ou seis atividades que os compõem, uma vez que cada um agrega atividades específicas: o Acompanhamento Pedagógico contempla o estudo, no Ensino Fundamental, das áreas de Ciências, História e Geografia, Letramento/Alfabetização, Línguas Estrangeiras, Matemática e Tecnologias de Apoio à Alfabetização; a Educação Ambiental agrega, por exemplo, a Horta Escolar e/ou Comunitária; o Esporte e Lazer é composto, dentre outras, por futebol, futsal, handebol, judô, karatê, natação, recreação/lazer e voleibol; no Direitos Humanos em Educação são contemplados os direitos humanos e o ambiente escolar; o Cultura e Artes reúne banda Fanfarra, canto coral, capoeira, cineclube, desenho, danças e teatro; o Cultura Digital é formado pelo ambiente de redes sociais, pela informática e tecnologia da informação; o Promoção da Saúde promove a prevenção de doenças e agravos; o Comunicação e uso de Mídias agrega fotografia, jornal escolar e rádio escolar; o Investigação no campo das Ciências da Natureza contempla laboratórios, projetos científicos e robótica educacional; e, por fim, o Educação Econômica agrega a educação fiscal, financeira e econômica.

As oficinas devem ser coordenadas “por um professor vinculado à escola, com dedicação de no mínimo vinte horas – chegando preferencialmente a quarenta horas –, que será denominado ‘Professor Comunitário’” (BRASIL, 2011, p. 8) e os custos dessa coordenação são oferecidos pela Entidade Executora-EEx. O documento Passo a Passo (2011) aponta características essenciais para os coordenadores, como: professor(a) solícito(a), que tenha forte vínculo com a comunidade escolar, que acredita no trabalho coletivo, que é sensível e aberto as múltiplas linguagens e aos saberes comunitários, que transforma dificuldades em oportunidades, e que se emociona e compartilha as histórias das famílias e da comunidade. Essas particularidades são apontadas como importantes para o trabalho do coordenador, uma vez que este se organiza em tempo ampliado, como tempo *continuum* no currículo escolar. (BRASIL, 2011)

Os monitores do Programa serão, preferencialmente, estudantes universitários de formação específica nas áreas das atividades, ou educadores populares, que se constituem como referências em suas comunidades (BRASIL, 2011), além de estudantes da EJA e do ensino médio. O ressarcimento de suas despesas será calculado de acordo com o número de turmas monitoradas e limitado a R\$ 300,00 mensais durante dez meses, isto é, para uma

turma, o recurso é de R\$ 60,00, para duas turmas é de R\$ 120,00, e assim por diante. O trabalho desses monitores deverá ser considerado de natureza voluntária, na forma definida pela Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, art. 1º.

Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim. (BRASIL, 1998).

Quanto aos alunos participantes, serão selecionados, inicial e preferencialmente, observando-se as seguintes considerações: estudantes que apresentam defasagem idade/ano; estudantes de anos/séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência; e estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família. As turmas serão formadas quando houver a participação de 100 (cem) alunos, podendo cada turma ser formada por 30 estudantes de idades e séries variadas. (BRASIL, 2011).

Para a execução das atividades das oficinas, cada escola recebe “kits de materiais”, por meio de recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE/MEC, compostos por materiais pedagógicos e específicos para cada uma das atividades. O programa dispõe também de recursos para a alimentação, garantidos pela Resolução 67 de 28 de dezembro de 2009 do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que estabelece R\$ 0,90 (noventa centavos de real) para os estudantes participantes.

O Programa Mais Educação está inserido na conjuntura atual do capitalismo, que se modificou nas décadas de 1980 e de 1990, para superar a crise vigente, firmando-se o incentivo às ações de menores custos de produção e maiores resultados lucrativos. Tais práticas, realizadas à luz das experiências econômicas, estão presentes no âmbito educacional, como o estímulo à concorrência e à competição, sistema de premiações e abonos salariais, (OLIVEIRA, 2004). Referente a isso, Netto (2009) afirma que:

Todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho. Compreende-se, pois, que o ônus de todas elas recaiam fortemente sobre os trabalhadores - da redução salarial [...] à precarização do emprego. Aqui, aliás, reside um dos aspectos mais expressivos da ofensiva do capital contra o trabalho: a retórica do ‘pleno emprego’ dos ‘anos dourados’ foi substituída, no discurso dos defensores do capital, pela defesa de formas precárias de emprego [...] e do emprego em tempo parcial [...] que obriga o trabalhador a buscar o seu sustento, simultaneamente, em várias ocupações. (NETTO, 2009, p. 218).

Como ressaltado por Netto (2009), as ilações recaem, principalmente, sobre os trabalhadores, que têm remuneração reduzida e ampliação de sua jornada trabalhista, fatores que provocam a precarização do trabalho. Isto ocorre, também, com os docentes e um dos aspectos que podem acarretar esta situação diz respeito ao voluntariado. Oliveira (2004) destaca que o incentivo a esta espécie de trabalho solidário se apresenta como estratégia do governo para a efetivação das políticas públicas educacionais, mediante cooperação de voluntários. Garcia e Anadon (2009) enfatizam outros fatores.

Entre os aspectos e as mudanças que apontam para a precarização do trabalho dos professores podem-se destacar a desqualificação da formação profissional dos docentes pela pedagogia oficial das competências, a intensificação do trabalho dos professores em decorrência do alargamento das funções no trabalho escolar e das jornadas de trabalho, os baixos salários docentes que não recompuseram as perdas significativas que sofreram nos anos da ditadura militar. (GARCIA; ANADON, 2009, p. 67).

Desde a ditadura militar, entre as décadas de 1960 e 1980, até os dias atuais, se intensifica o trabalho docente, pois os governos investem em políticas públicas que permitem tal fenômeno. Oliveira (2006) aborda essa questão, afirmando: “Podemos observar a intensificação do trabalho docente resultante de ampliação da jornada de trabalho e do aumento considerável de responsabilidades que os docentes tiveram com as reformas mais recentes.” (OLIVEIRA, 2006, p. 213-214).

A partir da exposição descrita acima em relação ao Programa Mais Educação e sua possível implicação negativa quanto ao trabalho docente, apresentaremos a seguir os dados da pesquisa, bem como sua interpretação com base, principalmente, nos próprios escritos oficiais que tratam a respeito do trabalho voluntário.

3. Análise dos dados: o incentivo ao voluntarismo

Para o alcance dos objetivos do trabalho, a amostra de estudo escolhida foi duas escolas estaduais, localizadas num bairro periférico do município de Campina Grande-PB. Uma escola de ensino fundamental, que possui cerca de 800 alunos e outra, de ensino fundamental e médio, composta por, aproximadamente, 1800 estudantes. Por motivos éticos, denominaremos as escolas pelas letras A e B, respectivamente.

A escola A funciona nos turnos da manhã e da tarde e implantou o Programa Mais Educação no ano de 2010, sendo uma das primeiras escolas do município de Campina

Grande-PB a inseri-lo. Nessa escola, o programa é constituído por seis oficinas: judô, futsal, informática, letramentos, Matemática e banda Fanfarra, atendendo 150 alunos, que representa, em média, 20% do número total de alunos. As oficinas funcionam em duas salas, com exceção da banda Fanfarra e futsal, que funcionam em espaço improvisado, sem cobertura, em frente à escola, porque esta não possui quadra esportiva.

A escola B funciona nos turnos da manhã, tarde e noite e implantou o Programa Mais Educação no ano de 2012, entre os meses de outubro e novembro, sendo uma implantação considerada recente. Nessa escola, o programa é constituído por seis oficinas: judô, futsal, vôlei, letramentos, Matemática, desenho, que atendem cerca de 150 alunos, correspondendo, em média, a 8% do número total de alunos. Os critérios básicos utilizados para a escolha dos alunos são: vulnerabilidade social e distorção idade\serie. A oficina de judô funciona numa sala própria, as oficinas de futsal e vôlei acontecem na quadra da escola e as demais funcionam em salas improvisadas.

As entrevistas realizadas nas escolas foram gravadas em áudio, os entrevistados da escola A foram: a gestora, que tem 48 anos de idade, é graduada no curso de Letras, atua como professora a 24 anos e trabalhou como gestora adjunta durante dois anos nesta escola; a coordenadora do Programa Mais Educação, que tem 45 anos de idade, é formada no curso de Letras, possui especialização em violência contra a criança e o adolescente e trabalha há 8 anos na escola; e a monitora do Programa, é formada em Química Industrial, licenciada em Química e especialista em Educação Ambiental, monitora da oficina de Matemática, tem 50 anos de idade, foi coordenadora do Programa Mais Educação de 2010 a 2012 e, atualmente, leciona apenas Química em Lucena, Paraíba.

Os entrevistados da escola B foram: o gestor, graduado em Licenciatura em Matemática, que tem 48 anos de idade, trabalhou como professor durante 26 anos, destes, 21 nesta escola, sendo 18 como efetivo; a coordenadora do Programa Mais Educação, é assistente social e pedagoga, tem 51 anos de idade, trabalhou como professora 29 anos, destes, 11 anos nesta escola; e a monitora do programa, graduanda no curso de Letras.

Ambos os coordenadores do Programa Mais Educação das escolas pesquisadas são prestadores de serviço do governo estadual, e não recebem uma remuneração exclusiva por esse trabalho, mas apenas uma bonificação. A gestora da escola A afirma que o coordenador do Programa “precisa ter um vínculo com o Estado, efetivo ou prestador de serviço, [...] preferencialmente, o prestador de serviço, [...] porque ele precisa dá quarenta horas [...] e o professor efetivo não tem como dobrar vinte horas, no caso, o professor efetivo só dobra oito horas.” (Gestora da escola A). A coordenadora do Programa da escola

B, ao ser questionada a respeito de sua remuneração, relata que recebe “muito pouco. Com relação à questão financeira, todo prestador ganha um salário mínimo, [...] não existe gratificação por ser coordenador. [...] Tem a mais uma gratificação. Eu recebo um salário mínimo e uma gratificação de 200 e... não chega a 230 reais.” (Coordenadora do Programa da escola B). Como exemplo do trabalho ampliado, a mesma alega que no final de 2012, trabalhou três turnos, além de ministrar aulas nos intervalos entre os turnos para auxiliar os alunos nas provas finais. Ela ressalta: “Foi uma loucura, mas foi gratificante”. Mesmo afirmando que se sente gratificada pelos resultados do seu trabalho, pode-se considerá-lo como voluntário, visto que sua ampliação não é remunerada, ocorrendo apenas com base no compromisso solidário e no sentimento de responsabilidade pelos estudantes.

Esse ano eu estou o dia todo na coordenação do Mais Educação e à noite em sala. São trinta horas do Mais Educação, no caso, termina sendo mais, porque eu chego aqui às seis e meia da manhã todos os dias e saio às quatro, quatro e meia da tarde e três dias por semana eu tenho aula à noite. [...] Tenho 5 turmas de médio. [Além disso], eu estou com dedicação nos fins de semana, abracei essa causa com muito amor. [...] [O horário] extrapola as trintas horas e é porque eu não sou nem efetiva, sou prestadora. (Coordenadora do Programa da escola B).

Sobre o mesmo contexto de ampliação da jornada de trabalho, e este se tornando como voluntarismo, a monitora do Programa na escola A afirma que o tempo ampliado é a condição para que o Programa funcione, pois o MEC recomenda que o coordenador trabalhe 20 horas em sala e 20 no projeto, só que não tem condição (Monitora do Programa na escola A).

Por que aqui funciona? Porque eu morava na escola, enquanto eu tava na sala, eu tava na sala, aí, na hora do almoço eu continuava na escola, além de está aqui nos dias de folga. [...] Eu recebia duzentos e oitenta e ainda tinha o desconto do INSS, é muito pouco! Você não faz se você não amar o que você faz, [...] não funciona! [...] [Atualmente] não tenho mais vínculo empregatício com essa escola, meu vínculo com o (nome da escola) é emocional e afetivo mesmo. [...] Eu tenho meu expediente de sete da manhã às cinco e meia da tarde e o resto, na sexta-feira, eu sou voluntária (Monitora do Programa na escola A)

Em relação aos participantes educadores do Programa, os documentos oficiais tecem recomendações. A Portaria Normativa Interministerial nº- 17 (2007) afirma no capítulo III, art. 6º, que o Programa Mais Educação deve fomentar, por meio de sensibilização, incentivo e apoio, a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil. A mesma Portaria ainda apresenta as seguintes atribuições: “V- sensibilizar e orientar outros parceiros visando à integração de suas ações em curso ao Programa Mais Educação [...]; III - mobilizar e estimular a comunidade local para a oferta de espaços, buscando sua participação complementar em

atividades e outras formas de apoio que contribuam para o alcance das finalidades do Programa”. (Capítulo IV, art. 7º e 8º: parágrafos V; III respectivamente). Além destas atribuições, a Portaria aponta que o Programa deve promover a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades, mediante *atividades que visem a responsabilização e a interação com o processo educacional*. (BRASIL, 2007, grifo nosso).

Percebe-se que, tanto nas diretrizes do Programa para o apoio a projetos e ações, quanto nas atribuições de cada esfera pública, o incentivo ao voluntariado e ao trabalho em parceria se apresenta como estratégia do governo para alcançar os objetivos traçados para o Programa.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada a vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens [...] com a participação da família e da comunidade. Esta é uma estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. É elemento de articulação, no bairro, do arranjo educativo local em conexão com a comunidade que organiza em torno da escola pública, mediante ampliação da jornada escolar, ações na área da cultura, do esporte, dos direitos humanos e do desenvolvimento social. (BRASIL, 2011, p. 1 e 2)

O documento oficial Passo a Passo (2011) define o voluntariado como “uma dinâmica instituidora de relações de solidariedade e confiança para construir redes de aprendizagem, capazes de influenciar favoravelmente o desenvolvimento dos estudantes.” (BRASIL, 2011, p. 16). Nesta, reafirma-se a importância dos professores e gestores das escolas públicas, sobretudo porque se quer superar a frágil relação que hoje se estabelece entre a escola e a comunidade. Lê-se que nessa chamada “nova dinâmica”, com a justificativa de articulação entre escola e comunidade, bem como da educação integral, se estimulam as ações voluntárias.

[...]desenvolver uma educação que extrapola os muros da escola e vincula o processo de ensino-aprendizagem à vida [...]. Espera-se, portanto [...] (que) conduza a promoção de uma educação diferenciada, cativante e que compreenda o ser humano em todas as suas dimensões. (BRASIL, 2007, p. 6, grifo nosso).

Esses “atores sociais” podem participar ativamente da vida escolar e compreendem a família, instituições e vizinhos da escola no geral. A gestora da escola A discursa a respeito dessa contribuição dos “atores sociais”: “A gente tem aqueles pais que são

colaboradores, eles vêm, conhecem o Programa [...] e ajuda a gente [...] Eles colaboram, assim, na hora do banho, do almoço, ajudam a olhar, sabe?” (Gestora da escola A). A mesma considera que a atual nomenclatura utilizada pelo MEC para a denominação dos monitores talvez seja inadequada, visto que, sendo chamados de “educadores sociais”, mesmo sem obrigatoriamente possuir formação no âmbito educacional, afeta o trabalho daqueles que já são formados, bem como a qualidade da Educação Integral proposta.

Existe essa discussão sobre o que é o educador social. Se ele é um monitor, se ele não [...] O monitor ele não é um educador ainda porque ele não tem aquela formação acadêmica pra isso [...] O nosso monitor de futsal, eu posso chamá-lo de um educador social, porque ele tem uma formação acadêmica em Educação Física [...] A Universidade tem um grande trabalho pela frente pra conscientizar as pessoas [...] Eu acho muito importante que toda pessoa que venha trabalhar no Programa seja qualificada. [...] Eu [...] acredito que quanto mais formação acadêmica mais eficaz vai ser o trabalho (Gestora da escola A).

Concordando com gestora da escola A, a coordenadora do Programa na mesma escola, ressalta que seria preferível que os monitores fossem graduados ou graduandos na área da educação.

[...] Para ser monitor, precisaria também está no campo da educação, mesmo [...] como estudante, porque ele teria a parte teórica. [...] Algumas das pessoas que trabalham com educação popular, num tá realmente capacitado para isso [...], é muito complicado essa história de monitores voluntários, porque teria que ter algum critério, porque botar qualquer pessoa para estar trabalhando com os meninos é muito difícil. (Coordenadora do Programa na escola A).

Corroborando com isto Oliveira (2004), afirmando que a profissão docente tem sido atingida pelas campanhas e projetos governamentais que estimulam o trabalho de voluntários, substituindo o trabalho docente qualificado.

A ideia de que o que se faz na escola não é assunto de especialista, não exige um conhecimento específico, e, portanto, pode ser discutido por leigos, e as constantes campanhas em defesa da escola pública que apelam para o voluntariado contribuem para um sentimento generalizado de que o profissionalismo não é o mais importante no contexto escolar. (OLIVEIRA, 2004, p. 1135).

Oliveira (2006) ainda confirma a crescente presença no âmbito educacional do incentivo ao voluntariado, bem como sua grave consequência quanto à precarização do trabalho docente.

O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns casos, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos; o arrocho salarial; ausência de piso salarial; inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários; a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriundas dos processos de reforma do Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público. (OLIVEIRA, 2006, p. 216).

O presente trabalho dissertou sobre um assunto delicado, de efeitos seríssimos para a profissão docente, como aponta Oliveira (2004 e 2006). Então, se faz necessário destacar a necessidade de pesquisas, principalmente, no que se refere as estratégias que o governo tem utilizado para alcançar os objetivos elencados em relação a Educação Integral.

4. Considerações

Os estudos realizados a partir dos documentos oficiais, bem como da interpretação das entrevistas realizadas revelam as duas principais justificativas do governo para o estímulo ao voluntarismo. Em nome do desenvolvimento integral dos alunos por diversos “atores sociais” e em nome de uma relação intrínseca entre escola, família e comunidade, algumas políticas públicas educacionais têm provocado conseqüências sobre a profissão docente, ampliando a jornada de trabalho e pela sensibilização tem mobilizado os professores a se auto se responsabilizarem pela educação. Assim, as ações voluntárias têm intensificado e precarizado o trabalho, por não haver vínculos empregatícios, em detrimento da valorização do magistério, que é prevista em lei. Desse modo, vê-se a necessidade de pesquisas na área, a fim de responder as questões em voga sobre o Programa Mais Educação e sua principal finalidade, que é o desenvolvimento e efetivação da Educação Integral.

5. Referências

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____, *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de jul. de 1990.

_____, Lei nº9.394/96, de. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: editora do Brasil, 20 de Dezembro de 1996.

_____, *Manual da Educação Integral*. PDDE/Educação Integral, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 17/2007. *Programa Mais Educação*. Brasília, DF: 2007.

_____, *Programa Mais Educação: Passo a passo*. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf. Acesso em: 15 de dez. de 2012.

_____, *Programa Mais Educação*. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm. Acesso em: 05 de fev. de 2013.

CAVALIERE, Ana Maria. *Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral*. 2009. (p. 51-63) In: MAURÍCIO, Lúcia Velloso. *Educação integral e tempo integral*. 2009. Disponível em: http://www.oei.es/pdf2/educacao_integral_tempo_integral.pdf. Acesso em: 05 de fev. de 2013.

GARCIA, Maria Manuela Alves e ANADON, Simone Barreto. *Reforma Educacional, Intensificação e Autointensificação Do Trabalho Docente*. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 63-85, jan./abr. 2009 - Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 01 de mar. de 2013.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso (org). *Educação integral e tempo integral*. Organizador (a): Lúcia Velloso Maurício. 2009. Disponível em: http://www.oei.es/pdf2/educacao_integral_tempo_integral.pdf. Acesso em: 10 de dez. de 2012.

NETO, Otávio Cruz. *O trabalho de campo como descoberta e criação*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Dalila A. *A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado*. In: Ferreira, Naura, S. C.; Aguiar, Marcia A. da S. (Org). *Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Dalila A. *Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes*. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 44. p.209-227 - dez. 2006 - Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n44/a11n44.pdf> - acesso em: 28 de fev. de 2013.